

A Educação em Economia Solidária

(Pedagogia e Autogestão)

Claudio Nascimento

“ Na realidade , a educação que a luta de classes proporciona aos operários está embebida em valores solidários e igualitários, que estão na base do socialismo, enquanto projeto e utopia”.

(Paul Singer. INEP- 2005)

Após a experimentação de 12 anos como Política Pública, a educação na economia solidária encontra-se frente a uma encruzilhada, que reflete os dilemas que tocam nesse momento a sociedade brasileira , que tudo indica , chegou ao fim de um ciclo , abrindo espaços de disputa para novas experiências de governo e economia. O dilema entre ‘continuidade’ e ‘ruptura’ , o que manter dos acúmulos logrados e o que mudar para avançar.

A estratégia de formação da economia solidária responde aos desafios de um novo ciclo ? Quais as condições na conjuntura dos próximos 4 anos que permitam a aprovação de um “Sistema e um Plano Nacional de desenvolvimento da Economia Solidária ?” Como poderá a Ecosol avançar sem um Plano Nacional ?

Em que situação “ A ecosol poderá vir a se constituir protagonista de uma proposta efetiva de desenvolvimento sustentável(...). Mas para isso, é necessário avançar no reconhecimento do direito às formas de organização econômicas baseadas no trabalho associado, na cooperação, na autogestão e na propriedade coletiva dos meios de produção” (Conaes-pg.10)

Como desenvolver uma efetiva pedagogia da autogestão quando “Não raras vezes, a degeneração dos EES decorre da falta de tempo para os diálogos e atividades internas de formação e sistematização e de acesso aos processos formativos externos” (Conaes-pg 20). Neste contexto, como desenvolver de forma sistemática uma Formação de Base dos EES ?

O Texto de Referência da 3ª CONAES, afirma que “Os avanços na autogestão dependem, fundamentalmente, das práticas, princípios e valores que orientam os modos de funcionamento dos EES. O aprendizado da autogestão ocorre no cotidiano desses EES por meio das soluções e instrumentos democráticos de participação ativa nas tomadas de decisão. A formação permanente e sistemática dos trabalhadores da ecosol é fundamental nesses processos”(Conaes-pg.20)

Nesse período, foram desenvolvidas iniciativas de fortalecimento da autogestão na economia solidária em 3 frentes.

No que diz respeito a educação , o Texto de Referência citado, entre outras, destaca 2 ações:

- a) No fortalecimento dos CFES com a ampliação da atuação dos mesmos nas regiões e integração às diversas ações, projetos e programas da Ecosol;
- b) Fortalecimento da experiência histórica de formação em Ecosol tendo como base a constituição de uma Rede Nacional de Formadores com acúmulo na formação em economia solidária. (Conaes-pg.21).

Visando os debates em grupos na 3ª Conaes, o Texto apresenta 3 questões:

- 1) Quais as forças e as fraquezas da ecosol para promover o trabalho associado e em cooperação?
- 2) Como fortalecer a autogestão a partir das atividades educativas, de ATEr e de incubação ?
- 3) Quais as prioridades para reconhecimento das formas de organização de trabalho associado e obtenção de renda em iniciativas de cooperação ?” (Conaes-pg.23)

O Texto de Referência da 3ª CONAES define os limites estruturais da política no Brasil: “ o contexto brasileiro não se caracteriza por transformações profundas em seu modelo econômico como aquelas promovidas por processos revolucionários (com suas várias denominações que estão ocorrendo em vários países da América Latina).No entanto, o país tem adotado medidas bastante diversas da agenda liberal e conservadora, que possibilitaram maior inclusão social, aumento da massa salarial, incremento do mercado interno,etc” (3ª Conaes-pg. 12).

As ausências das reformas estruturais dificultam a expansão da economia solidária.A persistência das desigualdades na sociedade brasileira é um fator de enorme inibição desse caráter estratégico. Por exemplo, adoção do trabalho associado como direito garantido.

Por sua vez, na base da Ecosol, os EES enfrentam grandes desafios que limitam a plena expansão de suas potencialidades e a efetiva prática da autogestão.Em um ambiente jurídico desfavorável ao seu desenvolvimento, veem-se limitadas suas capacidades produtivas, com baixo valor agregado aos seus produtos e serviços” . (3ª Conaes-pg.).

Qual estratégia de formação ?

Esse ensaio busca abordar a conjuntura da educação em economia solidária .Em parte, já tínhamos feito em Texto anterior para o Grupo do Projeto Redes. Nesse ensaio ampliamos a abordagem. Em um primeiro momento, traçamos um breve histórico do processo de construção da educação em economia solidária , em seguida, através de Documento da(Conaes temática sobre educação e autogestão ,realizada em julho 2014) , apresentamos a concepção de educação e autogestão que orienta a formação da economia solidária e, o o quadro atual , explicitando seus avanços, desafios e propostas.

Antes de entrarmos precisamente no tema da “ pedagogia da autogestão”, faremos uma análise de alguns campos de ação da economia solidária, com destaque para educação e para a disputa de hegemonia.

No centro do ensaio , o tema da pedagogia da autogestão, em que retomo outros ensaios construídos para debates nos CFES (2009-2010).

A formulação da política de educação da Ecosol, tal qual as Catedrais *, vem sendo construída de forma processual em torno do campo de experimentações desenvolvido em quase duas décadas.

*(" O sentimento que a economia solidaria no Brasil me trouxe é o de construção de uma obra que resistirá à História e que nos faz pensar em construtores de catedrais, que tinham a convicção de que estavam construindo algo que duraria séculos" –Daniel Mothé).

A realização da Conferência Temática de Economia solidaria 'educação e autogestão (julho 2014), permitiu a sistematização desse longo processo de experimentação.

Todavia, as pedras iniciais dessa " Catedral Pedagógica" foram cimentadas nos anos 80-90. Muitos Encontros foram realizados com debates sobre autogestão e, incluindo a questão da formação política com base na educação popular. Por exemplo, Seminário de Autogestão em Criciúma 1988; o Encontro internacional de Autogestão de 1998, em Porto Alegre. O encontro de Mendes anos depois. Um Encontro latino-americano de Ecosol em Florianópolis (Escola Sul da CUT, em 2001). Nos anos 80, Entidades como Fase Nacional e Caritas desenvolveram Programas no campo que hoje é a Ecosol (Pacs, Experiências Comunitárias de produção)

A experimentação educativa se desenvolveu, portanto, em campos diversos: Movimentos sociais (MST), inúmeras Instituições de educação popular, entidades da ecosol (Anteag, ADS-CUT), Instituições religiosas (Caritas, IMS), Universidades (Unitrabalho, Itcps, Programas "Educação e Trabalho", EJA), Entidades do próprio campo da Ecosol (ANTEAG, ADS-CUT), Governos/prefeituras municipais (Poa, SP, Belém), Governos estaduais (Olivio Dutra, 1998-2002).

A partir de 2003, a experimentação assumiu também caráter de Política Pública com a fundação da SENAES. De início, através da elaboração do termo de Referência em Ecosol do PNQ (2005), na SPPE. Em seguida, em conjunto com o FBES (Grupo Trabalho Educação-2005), a realização de duas oficinas metodológicas, reunindo um conjunto expressivo das práticas educativas no campo da Ecosol (2005 e 2007); programa de formação da Rede de Gestores públicos; a experiência dos CFES, a partir de 2009, busca construir política de educação em termos de Rede de educadores. Em momentos de grande participação coletiva com milhares de delegados: as diretrizes estratégicas das CONAES (2006 e 2010), debates e propostas nas várias PLENARIAS da Ecosol. E, por fim, o Termo de Referência do CNES (Recomendação n. 8, 2012).

Com muita argúcia, Singer mostra a relação intrínseca entre educação do trabalho associado e socialismo e utopia:

"Na realidade, a educação que a luta de classes proporciona aos operários está embebida em valores solidários e igualitários, que estão na base do socialismo, enquanto projeto e utopia". (Paul Singer, 2005)

A Autogestão é prática cotidiana e estratégia política da Economia Solidária. Nesse sentido, é movimento real e utopia concreta. Opera com um sentido estratégico a partir das possibilidades concretas da formação social.

O Documento resultante da CONAES Temática “Educação e Autogestão” é exemplar nessa perspectiva e torna-se uma referência nos debates em torno do tema.

“Ocorre que o tema da Autogestão – e de forma subjacente, o da Participação – tem sido correntemente pontuado como um dos principais desafios no avanço da economia solidária no Brasil, a despeito de todos os acúmulos já alcançados na sua organização nacional, **seja na perspectiva da prática cotidiana dos EES, seja na perspectiva da organização política do movimento e do avanço nas políticas públicas**”.(Doc. da Conaes Temática-pg.5).

E que, “ Na economia solidária, a Autogestão constitui-se princípio fundamental que orienta a prática dos sujeitos (individuais e coletivos), seja no âmbito dos EES, na organização política dos movimentos, seja na organização e dinâmicas do desenvolvimento territorial” (pg.9).

O Documento recorre aos acúmulos da V Plenária: “A economia solidária preconiza o trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização, contrapondo-se a alienação da produção nas relações do trabalho capitalista, e isto só é possível com a autogestão vivida por todas/os que a praticam. A autogestão precisa ser construída no coletivo, é um princípio a ser buscado em todas as dimensões da vida(...).A autogestão é um princípio da economia solidária que pensa a transformação da organização da sociedade” (p. 9).

E que, “na percepção dos participantes da CONAES temática, a autogestão deve ser considerada como um processo em construção a partir das práticas cotidianas vivenciadas pelos sujeitos da economia solidária. Essa construção precisa dialogar com essa vivência da autogestão em práticas educativas que se materializam, em suas diversas dimensões – pessoal, familiar, comunitária e social, no exercício da cidadania e da democracia, na tomada de decisões de forma coletiva, na propriedade coletiva dos meios de produção, nas práticas territoriais e no relacionamento entre Estado e sociedade”.(pg.9).

Nesse sentido, Singer nos ensina que “A prática da Economia Solidária no seio do capitalismo, nada tem de natural”, e que, “Fica claro que a prática da economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva...”.(Inep-pgs 15 e 16). E, analisando a Solidariedade nas experiências das Empresas Recuperadas afirma:

“Ela continua essencial mesmo quando o período heroico é superado, pois um empreendimento coletivo exige a efetiva cooperação entre todos que a compõem. É nesse momento que o ato pedagógico faz-se indispensável” (Inep-pg.20)

Nessa perspectiva, “ A Economia Solidária é um passo decisivo “para além” desse aprendizado pela vivência”(Inep-2005).

O Doc. Também afirma que “Na verdade, desde a realização da primeira Plenária nacional, o movimento de economia solidária reafirma que a EDUCAÇÃO é um eixo fundamental para o

fortalecimento da Ecosol no país". A primeira CONAES define em Resolução : " A Educação para a Economia Solidaria, seguindo os principios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário" (ponto 81).

Educação e Autogestão é um par dialético intrínseco a praxis da Ecosol. Nesse sentido, é um ato pedagógico".Devemos a Paulo Freire essa afirmação lapidar: "Ninguém ensina nada a ninguém; aprendemos juntos".isso se aplica inteiramente à Economia Solidaria, enquanto ato pedagógico".Ou que , "A Economia Solidaria é um ato pedagogico em si mesmo, na medida em que propõe nova pratica social e um entendimento novo dessa pratica".(P.Singer.INEP-2005)

Educação e Autogestão

As Diretrizes Políticas Metodológicas da Resolução n. 8 do CNES (Julho 2012) subsidia a construção de políticas públicas em Ecosol. É parte de um "Termo de Referência" que busca contribuir para maior identidade e articulação dos processos educativos em economia solidaria visando ampliar o seu potencial emancipatório".

Lemos no documento da CONAES Temática: " Segundo a Recomendação citada acima, a Educação em Economia Solidaria ' é uma 'construção social', que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política".

"O termo aponta para o reconhecimento do trabalho associado como principio educativo na construção de conhecimentos em Economia Solidaria e afirma que os processos de formação e assessoria técnica são "inerentes à educação em Economia Solidaria e, portanto, compartilham da mesma concepção".

O Doc. Em sequência alinha 16 pontos que orientam como base e ponto de partida para a construção de políticas de economia solidaria (pgs 7 a 9).

Por sua vez, o Caderno de orientações Metodológicas para 3ª CONAES , define os campos principais do debate na educação em Ecosol:

"Grupo 3- Conhecimentos:educação , formação e assessoramento.

Com o eixo central = Visando acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidarias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e praticas no território ? temos 5 questões:

- 1- Quais as forças e fraquezas da Ecosol para acessar ?
- 2- Quais as oportunidades existentes para fortalecer ?
- 3- O que ameaça ou limita o acesso ?
- 4- Quais as prioridades e estratégias para acessar ?
- 5- Como potencializar as forças próprias da Ecosol e as oportunidades existentes para acessar ?

O Documento final da CONAES temática sobre Educação e Autogestão assinala os limites, desafios e traça propostas :

Em termos da Política Pública em geral, o Documento constata o “despreparo do Estado para executar políticas públicas em Ecosol e a demasiada burocratização das políticas de fomento como PAA e PNAE. Há grande dificuldade de acesso aos recursos financeiros para a Ecosol e ausência do princípio de equidade nas ações governamentais (...) É urgente que se avance na formulação e aprovação de um marco regulatório das relações entre o Estado e a Sociedade Civil...”(pg.14)

Em particular em relação à Educação em Ecosol, destacamos alguns pontos:

“No exercício de identificação dos principais AVANÇOS ocorridos nos últimos anos nos temas educação em economia solidária, autogestão, território e abordagem territorial das políticas, os/as desta Conferência Temática destacaram os seguintes elementos:

- 1) O respeito ao saber local dialogando com a vivência das pessoas, não perdendo de vista a correlação de forças para ruptura;
- 2) A SENAES vem ao longo do tempo em um esforço de pautar a agenda do movimento como prioridade nas políticas públicas;
- 3) Existência de algumas políticas públicas e ações (Política “Mais Educação”, resolução 58, EJA, Pronatec e Pronacampo), mas não há políticas públicas consolidadas;
- 4) As políticas de Ecosol são espaços de ações e de conquista, mas hoje são vistos como concessões e não como conquistas;
- 5) Os espaços de Conferências são um marco dos últimos 10 anos, mas quantas deliberações estão de fato virando ações de Governo ?

No campo dos DESAFIOS ainda presentes:

- 1) Os governos têm que priorizar a política de Ecosol, não se pode viver de “migalhas”, é necessário ampliar as ações de ES;
- 2) A ecosol apresenta-se no local de forma setorial, o que cria dificuldades na execução de programas e projetos nos territórios e municípios;
- 3) O Governo federal precisa dar maior resposta às questões estruturais da Ecosol dentro da agenda política;
- 4) A política de Assistência Técnica-AT apresenta diversas lacunas acerca dos entendimentos formativos para assessoria. Necessidade de ampliar a discussão acerca dos métodos e direcionamentos dessa metodologia no âmbito da Ecosol;
- 5) No meio urbano não existe uma política de AT estruturada e adequada à realidade dos EES e demais sujeitos coletivos envolvidos com a Ecosol;
- 6) Necessidade de se estabelecer um Marco Legal que garanta uma política de Estado e sobre Projetos de Ações Integradas que superem a fragmentação das ações por meio de Editais;
- 7) A política de Editais é insuficiente, é necessário uma política de Estado, de forma que seja um direito que não possa ser negado;

- 8) As políticas públicas não devem ser fragmentadas, pois, enquanto elas forem assim, não se construirá outro modelo de desenvolvimento;
- 9) Há necessidade de consolidar a Lei Nacional da Ecosol;
- 10) Falta muita apropriação da política pública, a impressão geral é que há pouca comunicação e que a base do movimento não tem sequer conhecimento das discussões que envolvem a construção e implementação das políticas;
- 11) Necessidade dos EES se mobilizarem na realização de “encontros de empreendimentos”;
- 12) A Ecosol não é uma política estruturante.(...);
- 13) A educação tem um papel fundamental na construção da cidadania, do protagonismo.(...);
- 14) A AT precisa ser contextualizada e politizada. Uma educação continuada, que projetos de governo com um tempo limitado não dão conta;
- 15) A Rede de Educadores continua na pauta do movimento e nas diretrizes da política de educação da Ecosol, mas houve redução da sua importância por parte da política pública, não havendo ações diretas para seu fortalecimento;
- 16) A Sistematização como possibilidade de produção do conhecimento a partir do chão do trabalho associado, sua metodologia precisa ser mais apropriada pela Ecosol.” (pgs. 15 e 16)

No campo das PROPOSIÇÕES:

A) Educação em Ecosol:

- 1) Realizar formação para os gestores e agentes de políticas públicas dos territórios;
- 2) Realizar formação de “Agentes de Desenvolvimento territorial”;
- 3) Promover formação e assessoria técnica para os EES;
- 4) Realizar qualificação profissional de acordo com a proposta do movimento Ecosol;
- 5) Educação Popular com foco na autogestão;
- 6) Realizar formações com base nos princípios da Ecosol;
- 7) Ter assessoria técnica feita por trabalhadores de Ecosol;
- 8) Ampliar formações sobre marco jurídico, contabilidade, planejamento e comercialização;
- 9) Garantir saneamento básico, saúde e cultura;
- 10) Promover a inclusão digital;
- 11) Ampliar o acesso a recursos para trabalhador@s desenvolverem atividades de assessoria técnica e formação com outros empreendimentos;
- 12) Implementar o PRONATEC da Ecosol (com estrutura específica);
- 13) Apoiar a constituição, fortalecimento, ampliação dos espaços prestadores de serviço de assessoramento técnico (Bases de Serviço, Centros Públicos, ITCPS, Incubadoras públicas e outras);
- 14) Promover a formação continuada dos técnicos;
- 15) Apoiar a articulação em redes territoriais, estaduais, nacional, dos espaços de AT;
- 16) Elaboração e implementação de uma estratégia nacional de AT em Ecosol;

- B) Educação formal (pré escolar e universitária): {pg 18 e 19}
- C) processos educativos no campo (idem)
- D) Educação profissional e tecnológica:
 - 1) Apoiar processos de apropriação de conhecimentos técnicos para atividades produtiva dos EES, bem como da gestão dos mesmos;
 - 2) Apoiar o desenvolvimento, apropriação e disseminação de tecnologias sociais adequadas a Ecosol;
 - 3) Implementar um Programa Profissional e Tecnológico específico para o fortalecimento da Ecosol (Pronatec);
 - 4) Fortalecer a Pedagogia da Alternância : 1= tempo de estudo;2=trabalho comunitário/assessoria técnica.
- E) Articulação , mobilização e organização:
- F) Com ações educativas de outros movimentos:
- G) Redes locais de educadores em Ecosol:
 - 1) Promover a formação continuada dos educadores/as que atuam com EJA – três níveis;
 - 2) Articular as redes de educadores/as com as diversas ações de formação em Ecosol (três níveis);
- H) Sistematização das práticas autogestionárias e dos conhecimentos populares na Ecosol:
 - 1) Fomentar iniciativas e o desenvolvimento de metodologias de sistematização coletiva de experiências de Ecosol (três níveis);
 - 2) Fomentar processos de intercâmbio de experiências, saberes e práticas autogestionárias (três níveis);
 - 3) Promover a formação para sistematização;
 - 4) Realizar sistematização dos saberes;
 - 5) Implementar programas e ações de incentivo às experiências existentes.
- I) Tecnologias livres:
- J) Articulação e integração políticas públicas:
 - 1) Promover políticas públicas nos princípios da educação popular (democrática,participativa,etc);
 - 2) Fortalecer espaços de controle social das políticas públicas;
 - 3) Fortalecer as estratégias dos CFES a partir do local e estadual (três níveis);
 - 4) Criar plano nacional, estadual, territorial e local de formação e assessoramento técnico em Ecosol (três níveis);

CAMPOS DE DISPUTA

Nos vários Campos de ação da Ecosol , destacamos dois campos fundamentais entre tantos desafios:

a- Um campo geral , o da disputa de Hegemonia;

b- Um campo específico, o da Educação.

a) Um dos principais desafios da Ecosol é ser inserida como protagonista na estratégia de desenvolvimento em nível nacional. Nesse sentido, terá condições mais favoráveis para participar em um Conjunto de forças político-sociais que permita a construção de um Projeto de Nação e de uma Contra-Hegemonia. Superar certo corte corporativo e se articular com os outros Movimentos Sociais para que também incorporem a autogestão em suas estratégias e pressionem e dialoguem com o Estado na construção de Políticas Públicas com Controle e Participação Social.

Porém, é fundamental precisar que esta questão da construção de uma contra-hegemonia alternativa diz respeito ao conjunto da sociedade brasileira, não sendo um problema particular a Ecosol.

Neste campo, que papel poderá ter a Ecosol numa possível Assembleia Constituinte? Que propostas poderá defender nos diversos campos de sua atuação, sobretudo, em relação ao do Trabalho Associado?

b) A estratégia de educação na Ecosol foi construída a partir de Oficinas Nacionais organizadas pela SENAES e pelo FBES em 2005, colhendo as várias experiências educativas existentes na sociedade. Enquanto estratégia de política pública, a construção do sistema CFES tornou-se um dos eixos da Política nacional de formação em Ecosol.

A principal dificuldade está na construção da Rede Nacional de Educadores e da Política nacional de formação interiorizar-se nos EES, como formação de base.

Houve grande avanço em termos de Projeto político-pedagógico, materializado nos conteúdos, metodologias e sistematizações. A construção de uma cultura democrática no interior dos EES diz respeito ao trabalho de educação a ser realizado.

Nesse sentido, entretanto, o Documento da 3ª CONAES reconhece que “a degeneração dos empreendimentos decorre da falta de tempo para os diálogos e atividades internas de formação e sistematização e de acesso aos processos formativos externos”.

Nestes últimos anos foram desenvolvidas articulações e políticas de educação com EJA e Qualificação sócio profissional. Além, da ação das ITCPs nas Universidades que articulam educação com assistência técnica.

Desde final de 2010 que a política de formação da ecosol, através dos CFES, tentou uma Integração dos Projetos. O CFES Sul realizou oficinas nesse sentido. Também na região Sul, o CFES tentou a realização de Oficinas nos Locais de Trabalho, tentando desenvolver as práticas educativas nos locais de trabalho dos EES.

A Integração de Projetos e a Formação de Base são dois grandes problemas da estratégia educativa da Ecosol. A entrada no campo do Programa “Brasil sem Miséria” não resolveu o problema da formação nas bases. Principalmente, devido a questões institucionais de execução dos recursos. Sem dúvidas, abre espaço para o que chamava-se em tempos passados “formação de massas”.

Por sua vez, o recém iniciado “Projeto Integração Redes” (ADS-CUT) portará possibilidades de desenvolver a formação de base ? Sem dúvidas, as Oficinas já realizadas mostram que as diversas Instituições que o formam têm condições de realizar ações educativas nos próprios EES ‘filiais’ as Redes espalhadas em todo o país. Essa é uma experimentação que vale a pena ser tentada.

PEDAGOGIA da AUTOGESTÃO

Já vimos que Paul Singer, em pleno espírito luxemburgiano, afirma que “A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesma, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando”.

Trazendo esta reflexão para o campo da autogestão, nos apoiamos em Clara Fischer e Lia Tiriba ao dizerem que: “As experiências históricas de autogestão* revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Estas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentados pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitiram compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de tipo novo.”

E, com Gramsci, concluem: “Em seus escritos sobre o movimento operário ocorrido em Turim, entre 1919 e 1921, Gramsci analisa os conselhos de fábrica, afirmando que as experiências nas quais os trabalhadores têm o controle sobre a produção representam uma “escola maravilhosa de formação de experiência política e administrativa”.

E que, “Na ‘escola do trabalho” e, em especial nas vivências de trabalho associado, as pessoas atribuem sentidos ao vivido ou realizado; assim, de forma mais abrangente, é fundamental que transformem suas vivências pregressas e atuais em experiências propriamente formadoras”. É o campo que Singer chama de “Além da Vivência”.

Podemos afirmar que os “A necessidade de **articulação dos saberes do trabalho fragmentados pelo capital e a apropriação dos instrumentos metodológicos” (Tiriba e Fischer) , compõe o que a Política de Formação da SENAES chama de BASE de SERVIÇOS.**

Eliane Rosandiski , em ensaio sobre as Bases de Serviço, define estes instrumentos metodológicos:

“Para entender o significado da Base de Serviços para o suporte aos EES faz necessário, como ponto de partida, recorrer às diretrizes que norteiam a Política Nacional de ES. Tais diretrizes foram cordadas nas CONAES com a participação de diversos representantes estaduais” (2014-p.1). Nesse sentido, as Bases de Serviços são ‘instrumentos metodológicos’ orgânicos à PNES.

Eliane aponta os **Eixos de Ação**:

- 1) Acesso a conhecimentos: educação , formação, cultura, qualificação, assessoria técnica continuada, apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e transferência de tecnologias;
- 2) Acesso a serviços de finanças e de crédito;
- 3) Acesso à organização da produção, ao Comércio justo e solidário e ao consumo responsável;
- 4) Comunicação e divulgação junto à Sociedade”.

Este é o “Arsenal Metodológico” para disputas nos campos de práxis da Ecosol.

Voltando ao olhar gramsciano acima posto, nele está sintetizada a dialética da ‘experimentação autogestionária’, a pedagogia da autogestão. A “experimentação” no campo pedagógico deverá articular estes dois elementos: o ‘espontâneo’ e ‘a vontade-direção’. Como disse Singer, “para Além da vivência” !

Nesta perspectiva, “a experimentação deve ser considerada como um procedimento próprio à dinâmica da autogestão”, como diz Mothé: “O espírito de experimentação consistirá em considerar que um certo número de idéias pertencem às hipóteses e podem ser postas em dúvida ou rejeitadas no curso da experimentação”. Portanto, “aceitar a incerteza da decisão coletiva e da análise da experiência implica um estado de espírito militante totalmente diferente daquele no qual somos habituados à social-democracia, o stalinismo e suas variantes esquerdistas”.

O que D.Mothé chama de “**certo numero de ideias pertencem às hipóteses e podem ser postas em dúvida ou rejeitadas no curso da experimentação**”, constitui o campo da BASE de SERVIÇOS da educação em economia solidária.

Nessa dialética da experimentação ,um novo **papel do educador**: “O militante deve ser mais o mediador que permite aos grupos experimentar; aquele que em qualquer situação experimenta os valores da experimentação. É o mediador que ajuda, reenvia aos grupos suas próprias análises como sendo as análises e não certezas, interpretações entre outras”. Estes educadores e militantes têm um grande papel na valorização do saber acumulado pelos próprios trabalhadores em seus locais de trabalho.

Para Mothé, “a valorização do vivido de cada um não pode se fazer unicamente através da ajuda do discurso, mas através de seu próprio saber e também através da valorização de sua própria vida”.

Como esta ‘experimentação’, com o papel destes ‘militantes animadores’, em lugar de ‘militantes profetas’ e/ou ‘militantes soldados’, podem fazer avançar as experiências de economia solidária no sentido de ‘ações coletivas e ativas”.

O papel da formação, da educação popular, neste campo, é fundamental, desde que provida destes “instrumentos da autogestão”, que denominamos de “Bases de Serviço”.

Pedagogia autogestionária

“É, de início, pelas mãos e pelo coração que se forja a autogestão”

(Jef Ulburghs)

Para seguir, vamos recorrer à obra do pedagogo autogestionário belga Jef Ulburghs. Um pioneiro na construção da pedagogia da autogestão. Jef Ulburghs desenvolveu um intenso trabalho de animação de base numa perspectiva autogestionária. Vejamos suas idéias, que são importantes para a idéia de uma pedagogia da autogestão.

Ulburghs fez parte do MAB (Movimento Animação Base) e suas idéias foram apresentadas em seu livro “Pour une Pédagogie de l’Autogestion” (1980). Como diz na apresentação: “Este livro nasceu de uma longa experiência. Anos de luta fizeram amadurecer um método e construir uma pedagogia para uma mudança social nova na perspectiva autogestionária. Chamo esse método de ‘indutivo’. Sem dúvidas, uma ação de Animação Cultural.

Sua obra porta inspiração em três pedagogos: Paulo Freire, Oskar Negt, educador e sociólogo da Escola de Frankfurt, e Joseph Cardijn, fundador da JOC. Jef diz que muito se escreveu sobre a autogestão, mas muito pouco sobre sua pedagogia: “O movimento autogestionário, ao mesmo tempo, pedagógico e político, é portador de uma dinâmica permanente, de um processo constante de evolução em que o pensamento e a ação permitem o aprofundamento do conteúdo ideológico. O que é revolucionário não é o resultado, mas o processo para autogestão”.

autogestão se parece a um canteiro de construção onde os operários têm o direito de experimentar”. Um canteiro de construção pedagógica de Catedrais !

A construção de um movimento pela autogestão requer animadores-educadores de base muito bem formados. Na Bélgica, desta necessidade surgiu uma ‘Universidade Operária’ com o objetivo de formar militantes de base prontos a se tornarem animadores na perspectiva de um socialismo autogestionário. Neste campo, “situa-se a tomada de consciência da base (a ‘conscientização’, segundo Paulo Freire), como uma etapa importante de um novo tipo de sociedade democrática: a autogestão”. Os dois pilares desta tomada de consciência são: uma organização autônoma e a formação permanente.”

Algo muito próximo a proposta da Rede Nacional de Educadores (de base/massa) experimentada pela rede dos CFES nos últimos anos.

Ulburghs fala de uma ‘cultura operária original’ relacionada a uma ‘cultura indutiva’: “sua linguagem concreta e direta é rica em símbolos... sua luta inspira também a poesia, a canção, a literatura, a religião popular, a filosofia e a política. Ela permite que uma nova forma de vida e de pensamento possa se desenvolver”. A aprendizagem, o modo de adquirir uma cultura, seja por transferência (dedução), seja por autolibertação (indução) é determinante para seu conteúdo.

Deste modo, Ulburghs parte de três mestres do pensamento indutivo: Cardijn, fundador da JOC; Paulo Freire, com seu método da ‘conscientização’ através da qual o oprimido cria sua própria linguagem, e esta linguagem é um meio de dar um nome ao futuro e permite ao oprimido de tomar em mãos sua própria vida. Ulburghs esteve algumas vezes com Paulo Freire em Genebra, quando este estava exilado. E Oskar Negt, educador sindical na Alemanha. Também, podemos encontrar em Ulburghs, idéias de Gramsci, no sentido de que “as formas de luta de base constituem uma luta cultural”.

Esse Campo Cultural também incorpora as Matrizes que permitiram a construção dos instrumentais metodológicos e culturais da Base de Serviços da ECOSL no Brasil.

Qual a concepção de Ulburghs deste tipo de socialismo?: “o atrativo da autogestão está no fato que a base mesma pode gerir coletivamente sua própria vida. Claro, os comitês de base em todos os setores e em todos os níveis da sociedade devem ser criados. A produção é assim gerida pelos comitês de trabalhadores eleitos por um tempo determinado e para uma função delimitada: os critérios de opção são a competência e a honestidade; estes comitês são regularmente controlados, são revogáveis e substituíveis. Eles representam os diversos ateliers, as varias categorias de idade e cada tipo de trabalho. Os comitês de fábrica estudam a repartição do trabalho, controlam a formação dos trabalhadores, assim como as grandes

opções da produção. Regularmente, convocam assembléias para prestar contas de suas ações”.

O pedagogo belga opera com a idéia de “REDES”. Para Ulburghs, no setor da ‘re-produção’, “a população deverá se organizar em comitês nos setores da saúde, do bairro, dos esportes, da formação”. “Além dos vários setores, deverá haver uma intercomunicação entre os diferentes tipos de atividades sociais: um delegado do meio ambiente visitará um comitê de fábrica e vice-versa. A autogestão coerente e digna desse nome compreenderá de início um primeiro escalão, os comitês de base nos diferentes setores de produção e de re-produção. Em segundo lugar, os comitês se interarticulam de uma forma horizontal e intersetorial. Em terceiro lugar, eles se organizam nos diferentes níveis da sociedade: regional, nacional e internacional”.

Entre as ‘condições da autogestão’, Ulburghs coloca ‘uma educação permanente’:

“O grande perigo da autogestão é a possibilidade de concorrência, por exemplo, entre unidades de produção... A tentação corporativa pode opor os setores fortes aos setores fracos. Para evitar este risco é necessário combinar a autogestão com uma formação permanente. ao passo que a duração do trabalho diminui e que as tarefas duras são repartidas ou feitas pelas máquinas, o tempo assim ganho pode ser utilizado para a formação dos trabalhadores”.

Desta idéia , extraímos o que chamamos de “greve pedagógica”,ou “parada pedagógica”, os atores diretos do trabalho associado têm a possibilidade de utilizarem o tempo de trabalho que controlam para “rodas de conversas” (Paulo Freire) no proprio local de trabalho, pois dominam a tecnologia, ‘experimentando’ deste modo a “formação permanente”.

“Esta abrange uma formação ao alcance de todos (facilitada pela computação), uma qualificação técnica pluriforme (para evitar o trabalho único e mecânico), análises políticas (para situar o objetivo da produção), e a formação moral (para favorecer a solidariedade)”.

Portanto, conclui Ulburghs: “A autogestão é, assim, impossível sem uma formação permanente que ponha o conhecimento à disposição de todos...Esta formação supõe uma dimensão política solidária e global”.

As experimentações de autogestão mobilizam os trabalhadores para uma tarefa concreta e, assim, adquirem no processo e de modo indutivo uma formação para autogestão. Vejamos a síntese da proposta pedagógica de Ulburghs, e façamos uma relação com as idéias do teórico da autogestão Yugoslava, Eduard Kardelj.

Ulburghs sintetiza sua proposta: uma formação permanente

1. formação técnica: autogestão começa pelas mãos;
2. formação social e política: análises da sociedade;
3. formação cultural e moral: educação para solidariedade".É o campo que no "Projeto Integração de Redes" chamamos de "antropológico", a partir do texto de Jeferson .

A proposta educativa de Ulburghs vai de encontro a linha estratégica de Mariategui, que apresenta os 3 eixos de uma proposta socialista de autogestão:

1. a socialização dos meios de produção;
2. a socialização política;
3. as relações intersubjetivas,afirmação da solidariedade, um 'reencantamento da vida'.

A Yugoslavia , desde 1950 até os anos 70 , desenvolveu uma longa experiência de sistema de autogestão.O principal teórico yugoslavo, Edvard Kardejl falava de 'um sistema de autogestão' que abrangia:

- o homem autogestor no trabalho;
- o homem autogestor na cultura;
- o homem autogestor na vida social em geral".

Finalmente, voltando as ideias de Jef, um movimento autogestionário de base requer três elementos:

1. um movimento de base com um numero grande de grupos de base com ação em diversos setores da sociedade;
2. um campo de formação de animadores de base: tipo Universidade

Operaria;

3. um movimento de animação política que conscientiza a base, coordena as lutas e inspira a autogestão por suas idéias, seus métodos, sua estratégia e seu estilo de vida.

A rede Internacional do MAB articulava seminários internacionais para troca de experiências que mostravam exemplos concretos de autogestão que inspiravam, motivavam e formavam diretamente os trabalhadores.

O Campo autogestionário da “ Base de Serviços”, está bem definido na idéia de ‘experimentação social’, que foi tratada por **Pierre Naville** em sua obra intitulada “Le temps, La technique, l’autogestion” (1980), matéria de uma entrevista para a Revista “Critique Socialiste” (1979).

Para Naville, “o que é experimental é o que não é natural, espontâneo’. Cabe a nós descobrir as formas de experimentação que possam ser conduzidas de forma científica, pelo método de ensaios e erros; isto é, que possamos corrigir, ou abandonar, ou melhorar. Desta forma, a experimentação pode torna-se democrática. Um poder socialista experimental deve ser democrático, traçar hipóteses e buscar verificá-las. Experimentar é muito diferente de criar o caos. Devemos buscar os modos de experimentação diferentes segundo os setores em jogo, buscar os domínios prioritários. Para mim, os socialistas devem começar pelos setores da produção, do trabalho. A experimentação social não pode nem deve suprimir os conflitos sociais, as lutas entre classes e grupos.

Experimentar significa primeiro colocar um problema corretamente, de tal forma que se possa ter uma solução. E, para isto, precisamos de método, e justamente um método experimental.

Autogestão significa um **princípio**, não é uma regra, uma instituição ou uma solução. Significa que um objeto social deve se determinar a si mesmo. Para determinar as formas da autogestão segundo certos níveis, ou conjuntos, deve-se justamente realizar experimentações sociais. Por exemplo, o acontecimento **LIP** e numerosos conflitos nas empresas produtivas hoje são tipos de experiências sociais que abriram as vias à uma reflexão sobre a autogestão.”

E conclui Naville: “**O campo educativo e escolar** foi sempre um terreno de experimentação, de inovação, de contestação; é um dos campos principais em que a experimentação para autogestão deve se exercer”. É, portento, nessa perspectiva que trabalhamos as ações educativas do “Projeto Integração de Redes “ da Ecosol.

Para concluir, enfim, vejamos, então, como Daniel Mothé aborda a questão da **experimentação autogestionária**.

Experimentação autogestionária

“A vida é experiência , o que significa improvisação, utilização das ocorrências: ela é tentativa em todos os sentidos” (G.Canguilhem).

Mothé traça como objetivo central ver “como os locais de competência dos atores podem se tornar locais de aprendizagem da gestão coletiva”. Inicialmente esclarece que “ O conceito de aprendizagem é mais amplo que o profissional... tratando-se de aprendizagens múltiplas. As aprendizagens dos trabalhadores dependem da natureza da função e da tecnologia de uma parte, e da estrutura de organização, de outra parte. Mas, além destas aprendizagens, os trabalhadores têm um campo de aprendizagem mais rico, que decorre de aprendizagens de comportamentos sociais, que lhes permitem recusar, combater e ou aceitar as estruturas de organização”.

Há uma grande diferença se são estruturas hierárquicas autoritárias ou estruturas democráticas, formadas por grupos autônomos que discutem, analisam, decidem, etc. “As aprendizagens são baseadas essencialmente sobre **práticas** que põem os operários em situações concretas e que lhes incitam a buscar respostas a estas situações”. Assim, “**A aprendizagem é uma atividade que se efetua no nível do fazer**”, conclui Mothé.

E que, desta forma, ‘a autogestão depende de que os trabalhadores estejam em organizações as mais participativas’. Mothé cita Rosa Luxemburgo: “Para parafrasear Rosa Luxemburgo, diremos que é funcionando coletivamente que as massas aprendem a se autogerir; não há outro meio de aprender a ciência. Sua educação se faz quando elas passam à ação”.

Por fim, D.Mothé entra no campo das empresas de autogestão: “Se relacionamos os procedimentos experimentais às empresas de autogestão, a **experimentação autogestionária** consiste em enriquecer seu patrimônio de fatos, de práticas, a partir dos quais o mundo sindical e científico possam refletir, modificar seus procedimentos, afirmar suas dinâmicas e constituir deste modo todo um arsenal de técnicas autogestionárias que lhes são próprias.”

A experimentação deverá ser considerada como um procedimento próprio ao funcionamento autogestionário; os procedimentos experimentais nas empresas consistem a por em movimento temporariamente novas organizações, novas técnicas, novas divisões de tarefas, novas relações interpessoais. O novo funcionamento deverá verificar ou INFORMAR as expectativas, as hipóteses e as esperanças que foram formuladas pelos autogestionários.

Trata-se, assim, de utilizar novos procedimentos que contenham uma certa parte de incertezas, mas que serão auto-controlados durante seu desenvolvimento. Não se trata de quaisquer tipos de experiência efetuada por profissionais da experimentação. Mas, no campo da autogestão de experiências em que os experimentadores, em particular os atores, objetos eles mesmos da experiência, participem no controle e na dinâmica da experiência”.

Essa é a pedagogia dialética operante com a “Base de Serviços” !

Segue Mothé, “A experimentação permitirá ir além da simulação ao proceder por passos sucessivos, por ensaios e erros, através do estabelecimento de um **dialógo** em que o conjunto dos atores terá a possibilidade concreta de participar, porque veremos os efeitos concretos no terreno da ação.”

Dialógo freiriano e “monitoramento” das experiências !

Como afirmamos acima, as idéias de D.Mothe fazem parte de um ‘campo teórico’ construído na experiência francesa da autogestão. Desde as idéias de G.Canguilhem, a partir de suas reflexões sobre a sociologia do trabalho desenvolvida por G.Friedmann, e sistematizadas pelo grupo de Y.Schwartz no campo da ergologia. Canguilhem estudou a obra de Friedmann (“Problems Humains Du machinisme industriel” -1947), tirando consequências fundamentais, que expressou em seu ensaio “Milleux et Normes de l’Homme au travail” -1947.

G.Canguilhem, em sua obra “La Connaissance de La vie”, afirma que “A experiência é de início a função geral de todo ser vivo, isto é, seu debate com o meio”. E que, “É essencial conserva na definição da experimentação, mesmo para o sujeito humano, seu caráter de questão posta sem premeditação de converter a resposta em serviço imediato, seu sentido de gesto intencional e deliberado sem pressão das circunstâncias”.

Para Canguilhem, “O problema da experimentação humana não é mais um simples problema de técnica, é um problema de valor”. Partindo das pesquisas biológicas de Claude Durand, Canguilhem nos aporta idéia fundamental: “A vida é criação, o conhecimento da vida

deve se realizar por diálogos imprevisíveis, se esforçando de apreender um devenir em que o sentido não se revela jamais claramente a nosso entendimento a não ser quando ele nos desconcerta”.

Por sua vez, Y. Schwartz extraiu idéias importantes deste ‘campo de troca e produção de saberes’, a partir da ideia do ‘trabalho artesanal’ – industrial, do ‘chão de trabalho’, que fundamentais para educação na ecosol:

”Entre as experiências humanas, a experiência industrial paradigmática aos olhos de Canguilhem, é possível de ser acessada pelo conceito ?

Deixar em ‘estado torpido’ o que ela porta de possíveis, não seria empobrecer o patrimônio de nossa ‘errância’ ?

Schwartz põe a questão que nos serve de base ao processo e as tarefas da ‘sistematização’ :

“como engravidam, na experiência industrial, os diversos possíveis ?. Desta dialética do conceito e da vida, devemos tirar consequências práticas”.

“G.Canguilhem comenta a resistência dos operários ao lema taylorista, “não lhe pedimos para pensar” . Há sempre pensamento operário, pensamento industrial, e mesmo na mais severa das pressões produtivas. **Mas temos que passar esse pensamento na penumbra, este pensamento em subversão ,este pensamento engravidado, ao simbolismo e a linguagem”.**

Esse é, sem dúvidas, um conhecimento portador de “saberes dos povos originários”, saberes de épocas ‘pre-capital’ e ‘pre-industrial’, um saber ‘industrial’.

Seguindo com Mothé, “A experimentação coletiva deve ser vista como um instrumento, uma técnica necessária ao funcionamento autogestionário. Os obstáculos a esta forma de experimentação, o sabemos, vêm de vários lugares e, em primeiro lugar, dos poderes estabelecidos”. Aqui, Mothé faz referência aos aparatos dos sindicatos e dos partidos.

Sobre a França, Mothé diz de forma antecipatória de várias experiências que iriam surgir nos anos 90 (sua obra data de dezembro 1980): “As experimentações nas empresas são difíceis de realizar porque é o patrão que detém o poder e não os sindicatos.’

Mas porque não experimentar estes funcionamentos coletivos no interior de instituições periféricas controladas pelos sindicatos, nos organismos em que as Comissões de

Empresa se tornaram patrões: as cantinas, os órgãos de esportes, de lazer, os centros culturais, etc.; em todas as municipalidades conquistadas pela esquerda e nos serviços municipais que ela controla?, pergunta-se D.Mothé.

O que diria, e nos disse, ao nos visitar no Fórum das Cidades e participar do Fórum de Economia Solidária de SP, das possibilidades abertas pelas ações no campo da economia solidária, das empresas recuperadas para autogestão?

Portanto, as “experimentações” são o campo estratégico. Contudo, somente se ‘constituem um aprendizado prático de novas relações de trabalho’, articuladas com outros campos de lutas do sujeito plural, que Meszaros chama de “produtores livremente associados”.

Como disse Marx: “Hic Rhodus, hic salta ! Aqui está a rosa, aqui temos que dançar” !

E, retomando a Rosa: **“As massas devem aprender a usar o poder usando o poder, não há outro modo”. “Sua educação se faz quando elas passam à ação”!**

BIBLIOGRAFIA

Educação e Autogestão

Documentos:

- 1. Conferência Temática de Economia solidaria, Educação e Autogestão. Brasília, abril/2014**
- 2. 3ª CONAES, Texto de Referencia. Brasília,2014**
- 3. III CONAES. Caderno de orientações metodológicas.Brasília.CNES-SENAES- 2014**
- 4. 3ª CONAES Conferencias temáticas Documentos Finais.2014**
- 5. Balanço de programas e ações de Economia solidaria no Brasil. Maio de 2012**

Pedagogia da Autogestão:

Economia Solidaria e Educação de Jovens e Adultos. INEP-MEC. Brasília 2005

CAPINA - “Autogestão Democrática”, DVD do Seminário de Novembro 2009.

CAPINA - “Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos” (3 volumes), 2009.

“ trabalho, Educação e reprodução Social”. H.Novaes/Eraldo L.Batista (orgs).Ret-Projeto editorial práxis. Bauru-2013

- COSTA, Bia (org.). "ZERBINI - Oficina associada que rima trabalho com educação",
- Kunzer, Acácia Z. – Pedagogia da fabrica.Cortez.1986
- FREIRE, Ana Maria A. (org). "Pedagogia dos Sonhos Possíveis", Unesp, 2001.
- FREIRE, Paulo. "Os Cristãos e a Libertação dos Oprimidos", Edições Base-FUT, Portugal, 1978.
- FREIRE, Paulo. "Pedagogia da Esperança. Um encontro com a Pedagogia do oprimido", Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. "Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à pratica educativa", Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. "Pedagogia da Indignação, cartas pedagógicas e outros escritos" Editora Unesp, 2000.
- GARYBAY, Françoise – SÉGUIER, Michel (coord.). "Pratiques émancipatrices - Actualités de Paulo Freire", Sylepse, Paris, 2009.
- GADOTII, Moacir. "Economia Solidária como Práxis Pedagógica", Ed.L, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. "La Formazione Dell'Uomo, Scritti di Pedagogia:a cura de Giovanni Urbani", Editori Riuniti, 1974.
- GRAMSCI-BORDIGA. "Debate sobre los consejos de fábrica", Editorial Anagrama, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. "Il Revolucionario Qualificato. Scritti de 1916-1925", Delotti Editore, 1988.
- Federici , Silvia. "Calibán y La bruja.Mujeres, cuerpo y acumulación originaria".'traficantes de sueños".Madrid. 2011
- Canguilhem,Georges."La Conaissance de La Vie".Vrin.Paris.2006
- Canguilhem,G." Philosophe,historien et ergologie,Entretiens sur l"activité humaine (1)".Octares Èditions .2009
- MOTHÉ, Daniel. "Le métier de militant", Ed. Seuil, Paris, 1973.
- MOTHÉ, Daniel. "Autogestions et conditions de travail", ed. Cerf, Paris,1976.
- MOTHÉ, Daniel. "L'autogestion goutte à goutte", Centurion, Paris, 1980.
- NASCIMENTO, Claudio. "Uma mutação cultural: de 'celetista' e/ou 'sindicalista' para

- autogestionário”, MTE, Qualificação Social e Profissional, Volume 2, Brasília, 2005
- NOZAKI, Izumi (org.). “Educação e Trabalho - trabalhar, aprender ,saber”, Edufmt, 2008.
- PUIGGRÓS, A-CAGLIANO, R. (dirección). “La Fábrica del Conocimiento. Los saberes socialmente productivos en América Latina”, HomoSapiens ediciones, 2004.
- Karol, Claudia (org.)-“Hacia una Pedagogia Feminista”. Pañuelos em Rebeldia. Col.Cuadernos de Educacion Popular. Edit. El Colectivo/America Libre. B.Aires , 2007.
- RAPTIS, Michel. “Sobre el socialismo de autogestion”, Ediciones Punto de Referencia, Paris, 1973.
- RAZETO, Luís. “Las Empresas Alternativas”, PET, Chile, 1985.
- RAZERO,Luís-KLENNER,Arno. “Manual Del Taller Autogestionado”, Ediciones SUR, Chile, 1985.
- SARDA, Maurício. “Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massas Falidas. Uma Tipologia de economia Solidária e Autogestão”, Convênio M.T.E.-IPEA-ANPEC, 2005.
- SINGER, Paul. “A Utopia Militante. Repensando o socialismo”, Vozes, 1998.
- SANTOS, Boaventura-MENEZES,Maria Paula (org.). “Epistemologias do Sul”, Almedina, CES, Coimbra, 2009.
- TIRIBA, Lia. “Economia Popular e Cultura do Trabalho. Pedagogia da produção associada”, Unijui, 2001.
- TIRIBA, Lia- PIKANÇO, Iraçy (orgs). “Trabalho e Educação”, Idéias & Letras, 2004.
- TIRIBA, Lia – FISCHER, Maria Clara B. “»De ‘olho’ no conhecimento ‘encarnado’ sobre o trabalho associado e autogestão”, Revista UNISINOS, 2009.
- TIRIBA, Lia – FISCHER, Maria Clara B. “Saberes do trabalho associado”, in Dicionário Internacional de Outra Economia, (Cattani-Gaiger-org.), Almedina, Coimbra, 2009.
- ULBURGHS, Jef. “Pour une Pedagogie de l’Autogestion’.Manuel de l’Animateur de Base”, Éditions Ouvrières, 1980.
- Ezequiel Ander-Egg. “ Hacia una pedagogia autogestionaria”. Argentina.1999
- Revista “Autogestion et Socialisme”.cahier 13/14. Paris. 1970

Revista "Autogestions" .Les passions pedagogiques. Paris.1982/83.

Final= fala de Singer na 3ª CONAES (formação de base)

- Daniel Mothé